

Credor lamenta a desorientação

Roberto Garcia

Correspondente

13 FEV 1987

Washington — A falta de um claro programa econômico no Brasil, depois de quatro meses de deterioração das contas externas do país, está causando crescente preocupação dos bancos credores privados, afirmam altos funcionários dessas instituições. Segundo os cálculos dos especialistas desses bancos na economia brasileira, o governo Sarney não tem recursos em caixa para resistir mais de 30 a 45 dias sem esvaziar totalmente os cofres do Banco Central e desembocar numa crise pior que a de setembro de 1982. "Não conseguimos entender por que eles continuam adiando a hora da verdade", confessou desesperançado o vice-presidente encarregado de assuntos latino-americanos num grande banco de Nova Iorque.

O impacto da nomeação de Francisco Roberto Gros para a presidência do Banco Central ainda não foi aferido pelos analistas desses bancos especializados em assuntos brasileiros. "A troca de nomes não é o mais importante. Estamos mais interessados na orientação que Funaro espera imprimir", disse um deles. Outro banqueiro manifestou a esperança de que a mudança indique maior consenso a respeito da política econômica. No exterior, a falta de consenso entre os principais ministérios encarregados da administração econômica do Brasil tem sido vista como um dos maiores problemas do governo Sarney nos últimos meses.

Os banqueiros justificam sua preocupação apontando para o nível cada vez mais insatisfatório da balança comercial brasileira. No clube de Paris, o chefe da equipe de negociadores do governo Sarney, embaixador Álvaro Alencar, teria garantido que o Brasil vai fechar 1987 com um superávit comercial de 10,5 bilhões de dólares. Mas nos últimos dias o ministro da Fazenda teria indicado a alguns interlocutores que 8 bilhões podem ser um nível mais realista para essa balança. Apesar disso, levando em conta o desempenho dos últimos quatro meses, até mesmo essa última cifra pode se revelar exageradamente otimista, visto que os superávits em cada um dos últimos três meses não têm passado dos 200 milhões de dólares.

"Daqui para a frente a dose das medidas necessárias para restabelecer o equilíbrio ficará mais forte. Se antes considerávamos que uma política mais agressiva de minidesvalorizações do cruzado era suficiente, agora já não vemos alternativa para uma maxidesvalorização", disse um analista. Choques semelhantes estariam ficando inevitáveis para reduzir a inflação e os déficits públicos.

Com a deterioração das contas brasileiras e a ausência de uma política confiável para contê-la, as fontes de financiamento externo, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os organismos oficiais de crédito como o Eximbank e os bancos privados, começam a secar. "Falar em novos empréstimos nas atuais circunstâncias seria uma demonstração de imprudência. Queremos primeiro ver para onde o governo quer ir para depois decidir se vamos ou não apoiá-lo", disse um economista do Banco Mundial.

Segundo um alto funcionário de um dos maiores credores privados do Brasil, a recusa do governo Sarney em submeter-se a um acordo com o FMI terá que ser abandonada em mais algumas semanas, a menos que o país volte a produzir substanciais superávits comerciais, o que é considerado muito improvável sem uma maxidesvalorização.